

“Cadê as gurias?”: escuta e *dessilenciamento* de gritos femininos no futsal

“Where are the girls? ”: listening and unsilencing female voices in futsal

“¿Donde están las chicas? ”: escucha y desilenciamiento de gritos femeninos en el fútbol sala

 **Maria Eduarda Silva Minetto**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: meminetto@gmail.com

 **Everson Jaques Vargas**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: everson.jaques@hotmail.com

 **Fábio Alexandre Moraes**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: famoraes@unisinos.br

RESUMO

A produção desta escrita compartilha a experiência de uma intervenção realizada com educandas de um projeto social de futsal, situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de uma vivência de estágio. Durante o processo de pesquisa-intervenção, foi formado um grupo com as adolescentes, com implicação pavimentada na falta de representatividade e na busca pela equidade das mulheres no esporte. Dessa forma, objetivou-se ecoar as vozes dissidentes da norma masculinizante e gendrada do futsal. Assim, foram discutidas e analisadas as questões de gênero que atravessam as vivências subjetivas das feminilidades no esporte, as influências do território na constituição dos sujeitos, além das produções de silenciamento sistemático e os seus impactos na saúde mental das participantes. Portanto, foi testemunhada a riqueza do vínculo, da implicação e da sensibilidade nos processos de escuta e *dessilenciamento*.

Palavras-chave: Futsal; Relações de gênero; Escuta; *Dessilenciamento*.

ABSTRACT

This experience report presents an intervention carried out with adolescent girls participating in a social futsal project located in the metropolitan region of Porto Alegre, as part of a curricular internship. Through a research-intervention methodology, a group was formed to address the lack of female representation and to advocate for gender equity in sports. The initiative aimed to amplify dissident voices that contest the masculinized and gendered norms present in futsal. The work explored gender dynamics shaping the subjective experiences of femininities in sports, the influence of territorial and social contexts on subject formation, and the effects of systematic silencing on the mental health of the participants. The process revealed the richness of affective bonds, involvement, and sensitivity in practices of listening and unsilencing.

Keywords: Futsal; Gender relations; Listening; Unsilencing.

RESUMEN

Este escrito comparte la experiencia de una intervención con jóvenes de un proyecto social de fútbol sala en la región metropolitana de Porto Alegre, en el marco de una vivencia profesional. Durante la investigación-intervención, se conformó un grupo con las chicas, motivado por la falta de representatividad y la búsqueda de equidad de género en el deporte. El objetivo fue amplificar voces disidentes frente a la norma masculinizante del fútbol sala. Se abordaron cuestiones de género presentes en las vivencias subjetivas de las participantes, la influencia del territorio en la constitución de sus subjetividades y los efectos del silenciamiento sistemático en su salud mental. La experiencia permitió presenciar la riqueza de los vínculos, la implicación y la sensibilidad en los procesos de escucha y *desilenciamiento*.

Palabras clave: Fútbol sala; Relaciones de género; Escucha; *Dessilenciamiento*.

Notas Iniciais

Este relato parte de vivências experimentadas durante dois semestres de um estágio curricular do curso de Psicologia, que realizei em um projeto social de futsal em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Tal projeto é fruto de um importante clube de futsal, e atua interdisciplinarmente, em comunidades vulneráveis, articulando encaminhamentos com a rede intersetorial. De forma geral, a organização se dá por seis núcleos distribuídos pelo município, e, em cada um, dispõe-se de dois profissionais da educação física e um psicólogo ou assistente social, acolhendo crianças e adolescentes, *a priori*, de todos os gêneros.

Entretanto, não por acaso, desde o primeiro contato com o projeto, a carência de meninas nas turmas de futsal me desacomodou. Sobretudo, ao constatar que o futsal ainda é entendido socialmente como uma prática masculina, em consonância com o discurso que alega que “futebol não é para menina”. Assim, pude ver como as questões de gênero atravessam, sistematicamente, as vivências no esporte. Como resposta a essa falta, então, passei muitos dias questionando: “cadê as gurias?”.

A partir desse estranhamento, assumi o compromisso de observar e me implicar especialmente com a dinâmica das meninas do núcleo em que realizei o estágio. Rapidamente, consegui me vincular a elas, que pareciam carecer de mais referências femininas em que confiassem os seus conflitos, e, dessa forma, elas me tomaram como confidente. Ainda, resgatando o conceito de lugar de fala, que Djamila Ribeiro (2019) propôs como um posicionamento político, cabe destacar: sou uma mulher brasileira, cisgênero e branca — é desse lugar que escrevo.

Desse modo, aos poucos, questões envolvendo problemáticas de gênero foram compondo o meu caminho, seja por meio de reclamações das próprias adolescentes, de comentários vindos dos colegas e dos profissionais responsáveis pelo núcleo, ou das minhas próprias percepções. Assim, conforme descrevem Passos e Barros (2009), passei a traçar uma espécie de pesquisa-intervenção, uma vez que “a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência” (p. 17). Então, tendo como referência a Análise Institucional, pesquisei e intervi, articulando experiências e saberes transdisciplinarmente.

Quem Joga Futsal?

Desde que iniciei a pesquisa para a intervenção, a história do futsal me intrigou. Primeiro, porque é um esporte nascido aqui, na América Latina, na década de 1930 (Marques, Mascarin, & Oliveira, 2017), que muito reflete a nossa cultura e que, como uma variação do futebol, constitui a identidade nacional do Brasil. Segundo, porque surgiu como uma tentativa de democratizar o acesso ao futebol, mas seguiu sendo bastante restritivo quanto à inclusão de mulheres.

É importante ressaltar que foi apenas em 1983 que, depois da mobilização das jogadoras, a Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA) autorizou a prática do futebol de salão feminino, após quatro

décadas de dura exclusão, repressão e proibição de mulheres no esporte (Marques et al., 2017). Quanto a isso, Broch (2021) também nos lembra de que a história do futebol feminino está intrinsecamente ligada a processos constantes de resistência, luta e quebra de estigmas, sobretudo em épocas em que as mulheres eram proibidas de fazê-lo, mas ainda hoje, em decorrência da desigualdade de gênero, é reiterada pelo esporte.

É, portanto, inegável a exclusão das mulheres da prática do futsal, que nos limitou durante décadas, impedindo-nos de desenvolver e aprimorar nossas técnicas e cultura do esporte. É por isso que, até hoje, sinto os respingos desse preconceito penetrando nossos discursos e consolidando-se sobre os nossos corpos. Diante disso, ao perceber a influência que o futebol (ou, no caso, o futsal) tem exercido ao longo da história brasileira, e vice-versa, de forma a naturalizar discursos misóginos, promover segregações, reproduzir normas que por ele são instituídas e, assim, produzir assujeitamentos, é possível entendê-lo como uma instituição, como Baremblytt (2002) a define.

Nesse sentido, compreendo o gênero como um atravessamento, pois atua como uma “[...] interpenetração ao nível da função, do conservador, do reprodutivo” (Baremblytt, 2002, p. 33), barrando possíveis linhas de fuga. Mais do que isso, Zanello reforça que:

“Gênero” é, portanto, um conceito relacional e implica, sempre, relações de poder, de privilégios, de maior ou menor prestígio [...]. Não existe acesso direto e atemporal ao corpo: esse acesso é sempre mediado pela cultura. Esse acesso é gendrado, sendo esse gendramento compreendido, de forma geral, como binário e em oposição (Zanello, 2018, p. 47).

Desse modo, o esporte — no caso, o futsal — é estabelecido como uma instituição gendrada, que produz, exclui, distingue e reproduz poder, principalmente em relação às mulheres cis e, sobretudo, trans (Costa & Santos, 2018). Ou seja, é atravessado pela linguagem e pelo gênero, reproduzindo normas, por meio do discurso.

Portanto, não é por acaso que, no núcleo onde realizei o estágio, de 85 alunos, apenas 8 eram meninas, representando menos de 10% do total. E não foi à toa que esse dado me desacomodou, desde o primeiro contato, quando, no diário de campo, escrevi que,

Durante a tarde, acompanhei duas turmas “mistas” de futsal: uma de crianças, dos 7 aos 12 anos; e outra de adolescentes, dos 13 aos 17 anos. “Mista”, assim, entre aspas, porque na turma das crianças tinha apenas duas gurias, com participações praticamente negativas (Diário de Campo, 21 de agosto de 2024).

Foi por isso que decidi direcionar o projeto de intervenção do estágio às *gurias*. E ninguém melhor para falar sobre os atravessamentos de gênero no futsal, ali, do que as poucas que resistem e insistem em “jogar bola”. Percebi a necessidade da escuta dessas adolescentes, sendo sistematicamente silenciadas e reprimidas, dentro e fora da quadra, e foi isso que me propus a fazer, tentando, de alguma forma, facilitar um *dessilenciamento*, ao criar um espaço de fuga para essas falas.

O Território

É impossível ignorar que, durante um ano, desloquei-me para outro território, que, de certa forma, também passou a me constituir. Ressalto, aqui, a importância de pensar e repensar o território de que estou falando, pois, como elucida Deleuze,

[...] o meio é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos: por exemplo, a rua e suas matérias, como os paralelepípedos, seus barulhos, como o grito dos mercadores, seus animais [...]. O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio, mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem. O mapa exprime a identidade entre o percurso e o percorrido. Confunde-se com seu objeto quando o próprio objeto é movimento (Deleuze, 1997, p. 73).

Percebo o território, nessa perspectiva, como um meio em constante movimento, assim como o *devir*, que é potente e capaz de produzir subjetivações. Desse modo, para entender o público da intervenção, é necessário, também, entender a subjetividade desse meio que o produziu.

No caminho para a escola municipal que abriga este núcleo do projeto, eu atravesso a cidade. Quase chegando, pela janela do carro, vejo muitos morros cobertos de mato, cavalos, vacas, galinhas, cachorros, casas simples de madeira e de tijolo, algumas casas cruas e outras pintadas. Vejo os prédios da cidade se afastando, diminuindo. Vejo gente caminhando na rua, andando de bicicleta, famílias na calçada tomando chimarrão, crianças correndo, brincando e jogando bola. Vejo uma pracinha pequena, com grama alta e um campinho sempre ocupado.

Quando desço do carro, sinto, nos meus pés, o íngreme da subida do morro. Nos meus cabelos, sinto o vento gelado que bate ali. Quando entro na escola, sinto o cheiro do suor de crianças e adolescentes, o calor dos abraços e do carinho de quem me espera, e as vozes que me recebem carinhosamente. Quando chove, sinto o barro escorrendo pelo morro e invadindo a quadra, o concreto, o asfalto, os meus calçados, a barra da minha calça. Sinto aquilo que vejo, e vejo aquilo que sinto. Não há neutralidade nesse processo.

Nesse exercício de observação, percebo o distanciamento produzido entre a comunidade e o centro da cidade. Tudo isso diz muito sobre os processos de subjetivação produzidos ali, pois, quando falo em território, não me refiro apenas a um pedaço de terra, mas a espaços vivos, com corpos em constante movimento e produção (Deleuze, 1997). Diante disso, entendo, pensando naquilo que propõe a Psicologia Social do Esporte — que busca a compreensão do sujeito-atleta em toda a sua complexidade, a partir das dinâmicas das relações socioculturais envolvidas na sua formação (CFP, 2019) —, que a atuação da Psicologia deve se dar, justamente, no entre, no meio, na dobra do território: onde se constitui o sujeito.

O Tal do Devir-Guria

Após definir que o alvo da intervenção seriam as gurias do núcleo, peguei-me em um grande dilema: o que é ser guria? Formar um grupo e escolher, deliberadamente, ouvir apenas as adolescentes implica, de alguma forma, definir o que é ser guria. De certo modo, poderia reforçar e reproduzir uma estereotipação que elas já sofrem, caindo no:

[...] problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, *mulheres* — mesmo no plural — tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade (Butler, 2024a, p. 20).

Então, a partir do que Deleuze (1997) pontuou sobre o meio, que o fora constitui o sujeito — e o gênero está posto justamente nesse fora —, e, além disso, do constante processo de tornar-se, de *devir*, passei a observar as dinâmicas de gênero de outro modo. Ainda, ao considerar o que Beauvoir afirmou ao dizer que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2016, p. 11) e, posteriormente, Butler, ao assumir que “[...] se impossibilitou separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (2024a, p. 21), é fácil entender as gurias como um eterno vir a ser, um ato resultante de um jogo de forças, como uma espécie de *devir-guria* — que se estabelece justamente através dessa luta política que elas travam no território específico em que vivem.

Por isso, também, a escolha e insistência do termo “gurias”, pois entendo que contempla melhor a complexidade histórico-cultural do espaço-tempo que produz esses sujeitos. Afinal, ser “guria” é diferente de ser “menina”, simplesmente; e quando falo ou escrevo “gurias”, estou me posicionando nesse mesmo sentido, reinventando e reivindicando esse modo de existir, nesse território cultural e historicamente entendido como machista e misógeno, que é o Rio Grande do Sul. Por esse motivo, percebo que insistir no termo “gurias”,

inclusive na escrita deste relato, para me referir às meninas do núcleo indica uma implicação e compromisso com os sujeitos da intervenção.

Desse modo, durante o trajeto para a intervenção, percebi que, querendo ou não, existe um coletivo feminino no núcleo, no qual o gênero está posto, e estamos, ali, constantemente sujeitas à sua performance (Butler, 2024a), garantidamente. Pensando especificamente nas gurias do núcleo, há algumas forças que as levam para um espectro de gênero, que, por sua vez, trazem consigo uma série de atribuições e regras de comportamento, as quais elas performam, como a delicadeza, o cuidado com o outro, a responsabilidade, a escolha das roupas, do cabelo e do uso (ou não uso) da linguagem. Sobre isso, Butler (2024b) reflete:

A lacuna entre o corpo percebido ou vivido e as normas sociais dominantes nunca pode ser completamente eliminada, e é por isso que mesmo quem abraça alegremente o sexo que lhe foi atribuído no nascimento ainda tem de fazer um trabalho performativo para incorporar essa designação na vida social. Os gêneros não são simplesmente atribuídos. Eles têm que ser realizados ou assegurados, ou feitos, e nenhum ato isolado garante o acordo (Butler, 2024b, p. 210).

Tudo isso, importante ressaltar, está elevado à última potência, pois falo, aqui, de corpos adolescentes, que estão encontrando seu lugar no mundo, e adaptando-se a ele, em um ambiente que coloca as características físicas e as diferenças dos seus corpos em evidência: o esporte (Costa & Santos, 2018). Desse modo, é impossível ignorar a existência do binarismo de gênero instituído não somente no núcleo do projeto, mas em todo o território, que se estende para outros aspectos das vidas dessas adolescentes: em casa, na escola, na igreja, na rua, nas redes sociais... por isso, quando conversei com elas sobre a possibilidade do grupo de gurias, ainda no ano anterior à formação dele, a recepção foi muito positiva e incisiva: “sim, e não queremos que os gurus participem!” — seja lá o que “gurus” signifique para elas.

O Grupo como Dispositivo

Ao considerar, então, a potência do que decidi chamar de *devir-guria*, dos atos e movimentos das adolescentes do projeto, optei por trabalhar com o conceito de grupo como dispositivo, da Regina Benevides de Barros, que “[...] não nega a molaridade dos modos de funcionamento, mas põe a funcionar outros modos, inventa fugas, penetra no plano molecular de constituição de outras formas” (2009, p. 289). Além disso, pensando que “experimentar é pontuar as cadeias discursivas em ruptura de sentido, é perguntar sobre que tipo de linhas [...] estão compondo aquele território existencial, é repensar as modelizações subjetivas em curso, avaliando-as a partir de sua eficácia estético-existencial” (Barros, 2009, p. 300), a ideia era promover realmente uma experimentação que botasse em pauta os processos que as subjetivam, com seus atravessamentos e constituições, como o gênero, o futsal e o território.

Enfim, decidi encarar o dispositivo disparador do grupo como ele próprio, entendendo que, dessa forma, seria possível promover o novo, o instituinte, as linhas de fuga, “[...] abrindo passagens para outras conexões, outros tipos de agenciamento, outros tipos de alcance pragmático” (Barros, 2009, p. 300). Para isso, planejei dez encontros, mas deixei esse limite em aberto, permitindo que mais encontros pudessem acontecer, a depender das demandas produzidas a partir da intervenção. Para cada um, elaborei uma questão disparadora e uma atividade para utilizar em alguma situação emergencial — caso a contribuição das adolescentes não surgisse espontaneamente —, mas sem tirar o protagonismo das participantes.

Ainda, como os encontros do grupo se dariam numa escola pública, optei por utilizar uma sala dessa escola emprestada, para que garantisse o sigilo do grupo, afinal, questões bastante íntimas e delicadas das vidas das adolescentes já haviam surgido. Por isso, senti que precisava de um local seguro para promover uma escuta sensível, por motivos estritamente éticos, pois o que elas me contavam “não podia” ser dito na quadra e não era ouvido por mais ninguém. Para isso, tivemos de negociar com a escola — o que foi bastante simples, pois o projeto mantém uma boa relação política nas comunidades, então não houve dificuldade nesse processo, pelo contrário: a intervenção foi muito bem recebida pela equipe diretiva.

No mais, por se tratar de uma experiência em um estágio curricular obrigatório, houve um acompanhamento semanal, tanto pelo supervisor local, vinculado ao projeto social, quanto pelo supervisor acadêmico, professor vinculado à universidade. As supervisões garantiram o compromisso ético na condução e planejamento da intervenção, que se consolidou apenas no segundo semestre do estágio, após a aprovação do projeto de intervenção pela universidade.

O Que é Preciso para um Encontro?

No dia 5 de março de 2025, iniciamos o movimento que aconteceu semanalmente entre as aulas de futsal, com cinco adolescentes brancas, cisgêneros, de 14 a 17 anos, jogadoras de futsal e moradoras da comunidade: o grupo. Nos primeiros encontros, insisti na ideia de que precisava produzir algo estético-material com as adolescentes para, assim, concretizar a intervenção. Demorei três semanas para perceber que “[...] o que é necessário é criar [...], ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a minha alma a lenha desse fogo” (Pessoa, 1997, p. 1). Foi em um encontro da supervisão acadêmica que eu entendi que tudo que eu precisava levar para os encontros com as gurias era o meu próprio corpo, que isso já era muito, e que, na verdade, é apenas disso que um encontro precisa para acontecer, para que algo seja criado. Quando isso finalmente aconteceu, escrevi no diário:

A única coisa que levei para o grupo, hoje, foi um bolo feito em casa para compartilhar com as adolescentes e o meu corpo. O resto deixei com elas. Esperei para ver o que elas trariam para a roda. E aconteceu. Elas trouxeram. Muitas questões das vidas delas foram discutidas, compartilhadas, conversadas... todas se entregaram, e o meu papel foi apenas mediar o rumo da conversa (Diário de Campo, 31 de março de 2025).

No entanto, percebi que abrir espaço para o novo, para o desconhecido, provoca, também, certo medo. Medo de não conseguir dar conta, medo de perder o controle, medo de me perder... e foi depois desse encontro, que culminou em relatos muito importantes e duros das adolescentes, sobre situações de violência e negligência de seus direitos, que refleti:

Hoje, eu percebo que ter conseguido estabelecer um vínculo tão forte com as meninas, assumir a posição de receptáculo de segredos que me foi dada, e decidir constituir um grupo com elas, tudo isso me coloca, também, num lugar que exige muita responsabilidade. O que fazer com tudo isso? Preciso tomar algumas posições, ao mesmo tempo em que preciso respeitar os limites da minha intervenção. E, em silêncio, penso no que fazer, enquanto as gurias vão jogar bola (Diário de Campo, 31 de março de 2025).

A partir desse momento, o rumo do grupo foi, de fato, trilhado pelas próprias gurias, e o planejamento dos encontros também ficou sob o comando delas. Assim, coisas que eu nem havia pensado foram sendo trazidas por elas, inclusive um sarau, no dia 8 de maio de 2025, quando uma das participantes levou um livro, cada uma leu um poema e todas, coletivamente, discutimos.

Ao todo, tivemos treze encontros, a pedido delas. Ou seja, três a mais do que havia planejado (o que também estava previsto no planejamento, considerando principalmente o poder do grupo como dispositivo). Avalio esses dados como analisadores bastante potentes (Barembly, 2002), pois indicam o compromisso, o engajamento, o investimento afetivo e a importância que as gurias depositaram no grupo.

Vozes e Afetos

Djamila Ribeiro, ao discorrer sobre lugar de fala, lembra-nos de que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir” (2019, p. 64). Nessa perspectiva, o complexo ato de ouvir as gurias do núcleo, permitir que elas falassem e sentir o som das suas vozes já foi suficiente para romper os silenciamentos, colocá-las em evidência e fazer com que fossem vistas. Afinal, ao ouvi-las, legítimo as suas existências e

narrativas sobre si mesmas — não apenas as que os outros têm sobre elas — e me posiciono ético-politicamente nesse espaço.

Percebo, assim, que os discursos atravessam e constituem os nossos processos de subjetivação, e que “Ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (Ribeiro, 2019, p. 67). A ideia da criação do grupo de adolescentes foi justamente promover um ambiente acolhedor de escuta e compartilhamento, que pautasse as suas pluralidades, de forma livre e orgânica, a fim de romper com o instituído, nesse caso, o silenciamento, facilitando linhas de fuga.

Entendo, também, que, embora o grupo tenha sido composto por gurias autodeclaradas brancas, é imprescindível considerar as suas intersecções de raça. Sobretudo, porque a cidade onde se localiza o núcleo sofre constantes influências do processo de colonização alemã do município, o que interfere na demografia do território, no acesso da população não branca às políticas públicas e, inclusive, na autodeclaração dos sujeitos (Führ & Gasparetto, 2023). Então, apesar de alguns estudos indicarem e refletirem acerca de uma predominância de mulheres negras e de classes mais baixas na prática do futebol, como apontam Martins, Silva e Vasquez (2021), pelo menos no que se refere a mulheres negras, esse padrão não aparece no grupo em questão.

Em determinado momento da intervenção, a partir da leitura de *Irmã Outsider*, de Audre Lorde (2019), escrevi no diário de campo:

É esta a minha intervenção: transformar o silêncio em linguagem e ação! É ouvir, acolher e *dessilenciar* essas gurias, promovendo um ambiente seguro para isso, em que elas consigam verbalizar seus incômodos, angústias e desejos — e, assim, coletivamente, produzir mudanças (Diário de Campo, 14 de abril de 2025).

É imprescindível entender que esse *dessilenciamento*, a que me refiro ao longo do texto, parte justamente de Audre Lorde (2019). A autora define esse conceito como uma forma de ressignificar e transformar a linguagem, uma vez que esse dispositivo parece operar contra as mulheres, produzindo silenciamentos. Nesse sentido, não deixa de ser um ato, sobretudo, político e coletivo, já que precisamos umas das outras para que consigamos compartilhar e ouvir as palavras que temos a dizer.

Desse modo, a intervenção foi acontecendo e reverberando. Desde o primeiro encontro do grupo, algumas falas das meninas foram se repetindo, principalmente as suas queixas em relação à desvalorização que sentiam por parte da equipe técnica do projeto, pois, segundo elas: “só nos comparam com os meninos, dizem pra gente observar como eles jogam bem!”; ou “não ligam pro que eu falo, eu não gosto de contar as coisas pra eles!”; “eles acham que a gente só joga futsal pra chamar atenção dos guris!”, e, principalmente, “eles não me ouvem, só me julgam!”. Também ouvi muitas vezes as seguintes frases: “tô cansada de fazer tudo em casa”; “não aguento mais cuidar dos meus irmãos”; “eu gosto de vir pro projeto pra não precisar ficar cuidando da casa”, ou “os guris vivem nos mandando lavar louça”.

Essas falas reveladoras, em tom de desabafo, das gurias têm fundamentos histórico-políticos. Isso ocorre porque, como coloca Zanello (2018), com a ascensão e consolidação do capitalismo, as mulheres foram postas a assumir os cuidados da vida privada, da família nuclear e do lar burguês, sobretudo as mulheres trabalhadoras negras, como bem pontua Akotirene (2019). Aliás, “Necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” (Akotirene, 2019, p. 31).

Assim, existe um jogo de forças que nos puxa, enquanto mulheres, para um casamento com o lar (Zanello, 2018), a fim de sustentar a autonomia e a virilidade dos ideais ditos masculinos, promovidos, sobretudo, pelo cisheteropatriarcado, a umas mais do que a outras (Akotirene, 2019). Por isso, quando uma das adolescentes precisava levar o seu irmão mais novo, que estava sob os seus cuidados, e trocar a fralda dele durante os encontros do grupo, na sala em que estávamos, todas reagiam com total naturalidade, afinal, este é o papel das gurias: o cuidado.

O que acontece, na verdade, é que as gurias estão, ali, ocupando um espaço que historicamente não nos é dado enquanto mulheres: o futsal, a autonomia, a agilidade, a força. Quando elas reclamam serem comparadas

com os meninos, desvalorizadas em relação a eles, e terem obrigações domésticas que eles não têm, estão denunciando o poder do patriarcado agindo através das sutilezas discursivas, silenciando as suas existências e controlando os seus corpos (Zanello, 2018). Corpos, esses, sistematicamente oprimidos, violentados, tomados como públicos, mas, ao mesmo tempo, proibidos, assujeitados, pois, “Fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação” (Lorde, 2019, p. 30).

A maior evidência que eu tive do quanto esse silenciamento sistemático produz sofrimento nas adolescentes do núcleo se deu quando, no encontro do sarau, a menina que levou o livro-disparador escolheu compartilhar o seguinte poema com o grupo:

é justo que por vezes você fuja do terror do mundo
porque ele é mau.
é justo que por vezes você se preserve em si mesmo porque nenhuma outra
pessoa te resguardará tão bem como você.

porque você precisa de paz e paz talvez seja só você em silêncio com você.

é justo que você vá embora se há dor. existe dor maior do que a dor da
insistência? é injusto com você e com o outro. abre caminho, vai descansar.
é justo que você não queira sair da cama porque a vida é violenta. e é justo
com si mesma não insistir, não resistir, não enfrentar, não confrontar.
é justo o silêncio.
é justo o desnudar-se e o jogar-se no mar.
é justo colocar a mão no próprio peito e desistir.
por vezes, é justo.

por vezes, você vai precisar de momentos específicos pra que isso ocorra.
talvez aconteça com mais frequência do que você esperava. talvez aconteça
menos. mas esteja preparada. sempre.

esteja preparada pra si mesma e pro tamanho
do universo que habita em você.
por vezes ele explode e escapa.

e faz vítimas.

ou melhor:
humanos. (Silva, 2017, pp. 193–195)

Percebi o compartilhamento desse poema como um grito entalado na garganta e, com isso, entendi um dos motivos do silêncio delas: a proteção contra as violências desse “mundo”, que é mau, que provoca dor, que cansa, que fabrica vítimas. Como um efeito, justamente, desse silenciamento produzido e reiterado cotidianamente por esse “mundo”. E qual é o “mundo” dessas adolescentes? Em que dimensões elas transitam? Qual território elas habitam? Que violências as atravessam? Tudo isso foi sendo discutido nos encontros e produziu demandas para além deles.

Pensando, também, na materialidade do corpo, que abriga esse silenciamento, outra dor muito externalizada pelas gurias foi em relação ao uniforme do projeto — dor, essa, intensificada ao passar das semanas, e geradora de conflitos entre as alunas e os técnicos. O que as gurias pedem é um uniforme diferente para elas, que diferencie os seus corpos. Algumas características físicas delas estão mudando, em função da puberdade, e essas mudanças são reafirmadas pelo gendramento e binarismo produzidos e reiterados pela instituição que é o futsal enquanto

esporte (Costa & Santos, 2018). Desse modo, quando elas reivindicam bermudas mais curtas e menos largas, não necessariamente acusam uma “hipersexualização”, temida por alguns técnicos do projeto, mas pedem uma escuta, pois podemos entender a roupa, também, como uma escolha estético-política, um modo de expressão.

Naturalmente, a minha escuta foi se ampliando durante esse processo, e passei a observar aquilo que não estava sendo dito, a questionar os silenciamentos e como o não dito estava sendo sublimado (ou transformado). Esse movimento não passou despercebido, e eu me tornei, segundo as adolescentes, “a única pessoa que nos entende de verdade” — o que provocou, em mim, certa culpa, que foi acalmada pelo supervisor local.

A partir dos momentos de supervisão, fui contornando a culpa, e buscamos, coletivamente, promover uma passagem de vínculo das meninas para os outros profissionais do núcleo. Para isso, participei ativamente das aulas de futsal e convidei os técnicos para a confraternização de encerramento do grupo, ainda que com resistências por parte das adolescentes.

Encaminhamentos

Fomos percebendo, com o passar das semanas, que o encontro e a escuta dessas gurias foram produzindo demandas que iam além da proposta original da intervenção, sobre as quais precisávamos tomar algumas providências. A primeira, e mais central, foi a denúncia de violência e negligência familiar sofrida por uma das participantes. Nessa situação, o contrato de sigilo estabelecido com o grupo foi rompido, e, a partir das discussões nos espaços de supervisão, percebemos que seria necessário avisá-las sobre esse rompimento, pois colocava a vida e saúde de uma delas em risco. Quanto ao caso, foi organizada uma reunião de microrrede na escola, com a equipe psicossocial do projeto e os serviços do município. Em pequenos passos, as gurias do grupo passaram a, inevitavelmente, ser percebidas — o que aumentou a autoestima delas e gerou, também, alguns incômodos.

A partir do décimo encontro, as adolescentes começaram a boicotar as aulas de futsal, mas seguiram participando assiduamente do grupo, com exceção de uma, que teve de assumir o compromisso de cuidar de outras crianças da família durante as tardes. Quando questionava o motivo do boicote, as reclamações eram as mesmas de sempre: “o professor não nos ouve”, “os colegas não nos respeitam”, etc., até que me senti compelida a dizer: “gurias, entendo que vocês não se sintam ouvidas pelos professores, mas eu também não as vejo tentando falar com eles. Isso significa que não são só eles que não ouvem vocês, mas outras pessoas — quem são elas?”.

Foi nesse momento que construímos, juntas, o que Zimmerman (2010) chama de elaboração: o problema não era o professor que não ouvia, mas o que ele simbolizava, inconscientemente, para as meninas. As respostas que elas deram, imediatamente, à pergunta, foram as histórias de assédios e violências sexuais cometidos por homens, e encobertos por quem deveria protegê-las, mas as silenciou.

São nessas miudezas que sinto o gosto amargo do estrago produzido pela misoginia nas nossas vidas, e na simbologia que o gênero carrega consigo. Então, embora os técnicos do núcleo tenham se sensibilizado com a intervenção, sentimento externalizado em falas como: “me diz, como eu posso ouvir melhor as gurias?”; “fiquei pensando... talvez elas sintam falta de uma referência feminina na quadra”; “tem algumas coisas que elas só devem falar pra outra mulher, assim como eu só falo pra outro homem”, e “quando eu vou às escolas pegar os encaminhamentos, as próprias professoras só pensam nos guris, as gurias nós que precisamos buscar ativamente”, há algo que foge do nosso controle, pois está em outro campo, no fora, que se cristaliza nessas dobras discursivas. Aqui, parece estar um dos limites da intervenção: por mais que tenha sido feito um trabalho sensível com a equipe, normas e discursos machistas e misóginos seguiram sendo reproduzidos no projeto e fora dele, mesmo que aparentemente em menor escala, ou com mais pudor.

Portanto, sim, talvez as adolescentes só se sintam totalmente confortáveis com uma professora mulher jogando com elas, e sim, talvez elas não consigam confiar em um homem, ou mesmo em uma mulher que represente ou que reproduza discursos ou comportamentos machistas e misóginos. E não, isso não é consequência de uma simples implicância, mas uma denúncia, um pedido de ajuda, um mecanismo de defesa, ou, em termos institucionalistas, um processo de resistência, pois “As resistências são linhas desobedientes que problematizam os princípios de ordenação e conservação da vida”, como Heckert (2014, p. 473) define. Dessa maneira, fogem

daquilo que é prescrito e confrontam a dureza das instituições. Assim, produzem outro modo de ação, dobrando as linhas cristalizadas e movimentando, também, o fora.

Notas Finais

Sinto que o processo de intervenção aconteceu de forma muito orgânica, afinal, a implicação não se dá por acaso: ela é da ordem da contratransferência (Baremlitt, 2002). De alguma forma, identifiquei-me com as adolescentes do projeto, talvez tanto quanto elas, que, possivelmente, só se identificaram comigo por conta disso. Mas, principalmente,

[...] foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. As mulheres que me apoiaram durante esse período eram brancas e negras, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, e todas nós travamos, juntas, uma guerra contra as tiranias do silêncio. Todas me deram a força e o acolhimento sem os quais eu não sobreviveria intacta. Durante essas semanas de medo intenso, veio a compreensão — dentro da guerra, todas lutamos com as forças da morte, de maneira sutil ou não, conscientemente ou não — de que não sou apenas uma baixa, sou também uma guerreira (Lorde, 2019, p. 28-29).

Sem as gurias e mulheres plurais que me acompanharam nos (des)caminhos do estágio, e todas as outras tantas que me constituem, de alguma forma, nesse eterno *devir-guria-mulher*, nada do que está escrito aqui teria acontecido. Tenho a certeza de que algumas análises só foram possíveis em função do posicionamento ético-estético-político, porque coloquei meu corpo para jogo e ampliei minha escuta para além das palavras — o meio, o território, o movimento, o simbólico, as dobras subjetivas, o diferente, o desconhecido, o novo. E, sobretudo, porque pude me debruçar sobre a intervenção, afinal, foi criado espaço para isso, com supervisores, profissionais e colegas sensíveis que me apoiaram nesse processo. A vida se dá no coletivo, a mudança acontece em movimento, e do fim nasce o novo. Seguimos!

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Brasil: Sueli Carneiro; Pólen.
- Baremlitt, G. F. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: Teoria e prática* (5a ed.). Belo Horizonte, Brasil: Instituto Felix Guattari.
- Barros, R. B. de. (2009). *Grupo: A afirmação de um simulacro* (2a ed.). Porto Alegre, Brasil: Editora UFRGS.
- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo: A experiência vivida* (Vol. 2, 3a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira.
- Broch, M. (2021). Histórico do futebol feminino no Brasil: Considerações acerca da desigualdade de gênero. *Temporalidades – Revista de História*, 13(1), 1–15. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26283/27775>
- Butler, J. (2024a). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade* (26a ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2024b). *Quem tem medo do gênero?* São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte*. Brasília, DF: CFP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Esporte_24_setembro_FINAL_WEB.pdf
- Costa, F. S. da, & Santos, A. M. dos. (2018). Diferença e igualdade nas relações de gênero no esporte. *HOLOS*, 5, 140–150. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.7607>
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo, Brasil: Editora 34.

- Führ, J. J., & Gasparetto, Q. K. (2023). Racismos institucionais e invisibilidades da história e patrimônio cultural afrodescendente em cidades de colonização predominantemente alemã. *Captura Críptica: Direito, Política, Atualidade*, 12(1), 125–155. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/5874>
- Heckert, A. L. C. (2014). Os exercícios de resistência no contemporâneo: Entre fabulações e contágios. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 469–479. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-73722228410>
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Marques, R., Mascarin, R. B., & Oliveira, F. V. C. de. (2017). Feminilidade e preconceito de gênero no futsal: Uma perspectiva de atletas brasileiras. *Fluxos & Riscos*, 2(2), 83–96. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/article/view/5742>
- Martins, M. Z., Silva, K. R. S., & Vasquez, V. (2021). As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento (Porto Alegre)*, 27, e27006. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109328>
- Passos, E., & Barros, R. B. de. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17–31). Porto Alegre, Brasil: Sulina.
- Pessoa, F. (1997). *Poesias*. Porto Alegre, Brasil: L&PM.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo, Brasil: Sueli Carneiro; Pólen.
- Silva, I. P. da. (2017). *Textos cruéis demais para serem lidos rapidamente*. São Paulo, Brasil: Globo Alt.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (25a ed.). Curitiba, Brasil: Appris.
- Zimmerman, D. E. (2010). *Fundamentos psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica: Uma abordagem didática*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Contribuição dos Autores

Conceitualização: M.E.S.M; F.A.M; E.J.V.
Redação do manuscrito: M.E.S.M.
Análise dos dados: M.E.S.M; F.A.M; E.J.V.
Revisão e edição: M.E.S.M; F.A.M; E.J.V.

Submetido em: 12/08/2025

Aceito em: 11/02/2026

Como citar:

Minetto, M. E. S., Vargas, E. J., & Moraes, F. A. "Cadê as gurias?": escuta e dessilenciamento de gritos femininos no futsal. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026013.

Financiamento:

Não houve financiamento.